



Comunicação de
Pesquisa

Estrabão
Vol. (4): 272 - 279
© Autores
DOI: 10.53455/re.v4i.118



Recebido em: 25/07/2023
Publicado em: 28/11/2023

Geografia e Educação Inclusiva no estado do Acre: Uma revisão sistemática

Geography and Inclusive Education in the state of Acre: A systematic review

Dival Vieira de Araújo Neto^{1A}

Resumo

Contexto: O presente artigo tem como objetivo identificar estudos que associe a discussão sobre Geografia e Educação Inclusiva na Amazônia sul-ocidental, mais precisamente no Estado do Acre. **Metodologia:** O estudo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfica e exploratória e possuindo uma abordagem qualitativa. **Resultados:** Os resultados obtidos a partir do mapeamento dos artigos em língua portuguesa pesquisados na plataforma do Google acadêmico, utilizando os descritores “Geografia” e “Educação Inclusiva” e “Estado do Acre” no período de 2016 a 2023, possuiu a finalidade de verificar o quantitativo de pesquisas e instigar debates nos estudos das áreas correlatas. A investigação resultou em 4.640 artigos, mas somente um artigo contemplou os descritores. **Considerações:** O presente artigo tem a intenção de incentivar futuros trabalhos acadêmicos sobre incorpore a temática Geografia e educação inclusiva aplicada em escolas ou universidades na Amazônia acreana, pois em nossos resultados apontaram que a discussão ainda é delimitada.

Palavra-Chave: Geografia, Educação Inclusiva, Estado do Acre.

Abstract

Context: This article aims to identify studies that associate the discussion on Geography and Inclusive Education in the south-western Amazon, more precisely in the State of Acre. **Methodology:** The study is a bibliographical and exploratory research with a qualitative approach. The results obtained from the mapping of articles in Portuguese searched on the Google Scholar platform, using the descriptors “Geography” and “Inclusive Education” and “State of Acre” in the period from 2016 to 2023, had the purpose of verifying the quantity of research and instigate debates in studies in related areas. The investigation resulted in 4,640 articles, but only one article included the descriptors. **Consideration:** This article intends to encourage future academic work on the topic of Geography and inclusive education applied in schools or universities in the Acre Amazon, as our results showed that the discussion is still limited.

Keywords: Geography, Inclusive Education, State of Acre.

1 - Licenciado em Geografia pela Faveni, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Acre
A - Contato principal: divalnettogeo@gmail.com

Introdução

A Educação Inclusiva está cada vez mais inserida nas distintas áreas do conhecimento e debatida no meio acadêmico, sobretudo no campo educacional, pois, a discussão está entorno dos alunos que possuem algum tipo de deficiência e necessitando de atendimento educacional especializado.

A ciência geográfica como elemento curricular não pode ficar de fora das discussões sobre a Educação Inclusiva no ambiente escolar, seja na educação básica ou no ensino superior, pois, a própria Geografia pode auxiliar no aprendizado e inclusão do alunado que possui deficiência nas discussões das transformações no espaço geográfico.

No território brasileiro, a educação inclusiva foi implementada no império português com Dom Pedro II, mas foi na denominada república contemporânea, a partir da constituição de 1988, que a temática ganhou diretrizes que nortearam as políticas públicas de inclusão no ambiente escolar.

Se comparada com o nível nacional, o Estado do Acre obteve a institucionalização da Educação Inclusiva recente, pois ocorreu a partir de década de 1970, e ao passar dos anos, com as interlocuções com o governo federal e baseada nas diretrizes da constituição federal, as políticas com esse enfoque foram se executando com o apoio de instituições filantrópicas da sociedade civil.

Assim, após avanços nos diálogos sobre educação inclusiva na esfera escolar no âmbito local e nacional, temos que olhar para ciência geográfica como componente que dialoga com as demais disciplinas, bem como, se houve avanços nos debates científicos no estado do Acre através das pesquisas realizadas que agregue a Geografia e Educação Inclusiva ou que apresentem lacunas e carências de tais investigações.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo identificar estudos que agregue a discussão sobre Geografia e Educação Inclusiva na Amazônia sul-ocidental, mais precisamente no Estado do Acre. Para isso, realizou-se pesquisa na plataforma do Google acadêmico, utilizando os descritores “Geografia” e “Educação Inclusiva” e “Estado do Acre” no período de 2016 a 2023, pois a finalidade é verificar o quantitativo de pesquisas para realizar esta revisão e instigar debates nos estudos das áreas correlatas.

Material e métodos

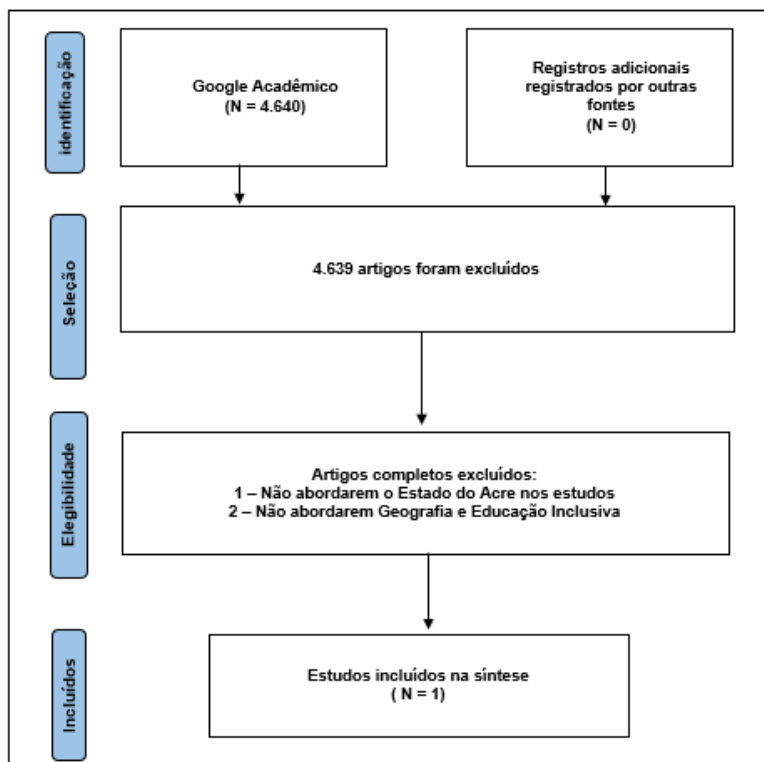
A presente investigação trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório). A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos. As pesquisas bibliográficas são realizadas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas e permitem ao pesquisador abranger uma ampla gama de fenômenos além do que ele poderia pesquisar diretamente.

Além disso, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa concentra-se na qualidade dos resultados alcançados com a pesquisa, nos procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados, no ambiente em que os dados foram coletados e no grau de controle das variáveis.

Assim a presente pesquisa se desenvolve a partir de consulta de materiais já publicado com o enfoque para o ensino de Geografia agregado a Educação Especial desenvolvido no Estado do Acre e assim, objetivando analisar a temática discutida.

Os procedimentos utilizados foram: 1) o Mapeamento Sistemático na plataforma digital Google Acadêmico, com os seguintes descritores de busca: Estado do Acre, Geografia e Educação Inclusiva, em artigos publicados na Língua Portuguesa, no período de 2016 a 2023; 2) Análise dos artigos que associassem as citações sobre a questão da convergência entre Geografia e educação inclusiva sendo aplicado em alguma instituição de ensino no Estado do Acre, e após essa seleção, analisamos e revisamos as hipóteses e objetivos, como também os critérios de exclusão e inclusão de artigos e as demais informações, conforme estruturamos no fluxograma na figura 01:

Figura 01: Fluxograma de Estratégia de busca e Seleção de artigos, de acordo com estrutura disponibilizada pela PRISMA (2009), a partir dos termos “Geografia”, “Educação Inclusiva” e “Estado do Acre”.



Fonte: Prima (2009). Org. pelo autor.

Aporte teórico

A geografia como ciência tem por característica a inclusão por dialogar com as demais ciências e debater as distintas temáticas no espaço geográfico, conforme aborda Silva (2020), pois, “A geografia, pelos fundamentos e princípios pelos quais tenta abordar e tratar a realidade, pode permear variados campos na esfera do que se chama inclusão, como a equidade, a coesão, a cidadania, a cooperação, autonomia e sobretudo a educação” (Silva, 2020, p. 2).

O autor ainda continua argumentando como a Geografia como ciência pode incluir os alunos, sendo que, “[...] as possibilidades de inclusão a partir do ensino da geografia, com uma miríade de fatores advindos de seus fundamentos básicos (território, região, lugar, paisagem), que podem contribuir para uma formação cidadã e autônoma” (Silva, 2020, p. 3).

A Base Nacional Comum Curricular (2018) versa como a Geografia é importante para os alunos entender as múltiplas transformações no espaço geográfico, pois,

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (Brasil/BNCC, 2018, p. 359).

Nas graduações, na modalidade de licenciatura, possui várias discussões sobre a questão da educação inclusiva, todavia, ainda necessita uma ampliação, pois a “efetivação de uma proposta inclusiva tem início com a revisão de práticas e pressupostos que regem o ambiente escolar e também no modo como as disciplinas escolares serão abordadas”. (Freitas, 2008, p. 2).

Já sobre o contexto histórico da implementação da Educação inclusiva no Brasil, Falcão *et. al* (2020), aborda que a educação inclusiva foi inserida ainda quando o país era colônia de Portugal, mas com o enfoque para alunos com deficiência visual, posteriormente na instauração da república, a partir da constituição cidadã de 1988, a educação inclusiva ganhou garantias e diretrizes que norteiam as políticas de atendimento de forma especializada. Segundo os autores:

A educação inclusiva existe oficialmente no Brasil desde 1854, quando Dom Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamim Constant - IBC). As décadas de 1960 a 1980 foram marcadas por significativos avanços no regramento legal brasileiro para a educação inclusiva. Em 1988, a Constituição Brasileira determinou a garantia da oferta do atendimento educacional especializado, estabelecendo a integração escolar e o atendimento às pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino (Falcão *et al*, 2020, p. 14).

No Estado do Acre, Gomes e Costa (2016), versa que foi a partir da década de 1970, que foi institucionalizado a educação especial no Estado, e conduziu-se a partir desse período que o governo estadual inicia o diálogo com o governo federal para implementação das políticas voltadas a educação inclusiva fossem executadas de forma conjunta.

Os autores continuam expondo que a política estadual possuía/possui parceiras com instituições de caráter filantrópico para os atendimentos dos alunos, pois, dependendo do grau de deficiência e que necessite um atendimento mais especializado, são encaminhados para essas instituições.

A Secretaria Estadual de Educação do Estado do Acre trabalhou, durante quatro décadas (anos 1970 – 2008), assumindo total responsabilidade em relação ao alunado da educação especial em todo o estado do Acre. O trabalho realizado pela Secretaria Estadual de Educação, por meio de sua Coordenação de Educação Especial se dava da seguinte forma: os alunos da Educação Especial, nos casos graves, eram direcionados às únicas instituições estaduais e/ou administradas pelo ente federal, como a Escola Especial Dom Bosco (criada em 1976); o Centro de Educação dos Surdos, Professora Hermínia Moreira Maia (criado em 1994); o Centro de Apoio ao Deficiente Auditivo Prof.^a Nilza Amorim (criado em 1995); a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE – criada em 1980), únicas instituições vigentes na época. (Gomes; Costa, 2016, p. 797-798).

Assim, “Historicamente, esse atendimento especializado foi desenvolvido, na maior parte dos estados brasileiros, por meio das instituições privadas de caráter filantrópico” (Gomes; Costa, 2016, p. 798). E no Acre, o apoio dessas instituições é essencial para o atendimento especializado.

Além disso, no Estado do Acre, foi aprovado a Lei nº 2.965, de 2 de julho de 2015 que outorga o Plano Estadual de Educação que define metas para educação no estado do período de 2015 a 2024 e um dos objetivos é abordar a política inclusiva, pois, de acordo com artigo 3º é “promover a educação inclusiva, garantindo a todos o direito ao acesso à escola de qualidade, que atenda aos múltiplos interesses, necessidades e possibilidades de aprendizagem” (Acre, 2015, p. 02).

E esse Plano Estadual de Educação está dividido por 19 metas que pretende cumprir nesse período de 2015 a 2024, e a meta 4 é especificamente sobre a educação inclusiva.

Meta 4: Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, altas habilidades e/ou superdotação, dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia e distúrbio de processamento auditivo central, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes bilíngues, escolas bilíngues ou serviços especializados, públicos e/ou conveniados (Acre, 2015, p. 14).

Todavia, no plano estadual, não faz nenhuma conexão sobre o ensino de Geografia ou de outras disciplinas com a educação especial, o enfoque do plano mantém-se na questão do atendimento educacional especializado, sobretudo na rede pública de ensino estadual e assim o debate sobre educação inclusiva, de certa avançou ao decorrer dos anos no Brasil e no Estado do Acre, porém, precisam avançar na questão do apoio das disciplinas no suporte ao ensino de alunos com deficiência.

Resultados e discussões

A mencionada pesquisa bibliográfica resultou em 4.640 artigos publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2016 e 2023 na plataforma gratuita google acadêmico. Assim, após executar os critérios de exclusão abordados anteriormente, foi obtido um único documento.

A presente pesquisa foi publicada na revista do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco e escrita por docentes da área de ensino e de Geografia Urbana dos cursos de Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e Pós-graduação (Mestrado) em Geografia da Universidade Federal do Acre, que é a única universidade pública na Amazônia acreana, conforme elencaremos no quadro a seguir:

Quadro 01: Informações sobre o único artigo encontrado com base no termos “Educação Inclusiva”, Geografia” e Estado do Acre.

Tipo de Estudo	Ano	Título	Autores	Referência
Artigo	2020	Na capital e no interior: experiências do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura em geografia da Universidade Federal do Acre.	Lucilene Ferreira de Almeida e Victor Régio da Silva Bento	ALMEIDA, Lucilene Ferreira de; BENTO, Victor Régio da Silva. Na capital e no interior: experiências do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura em geografia da Universidade Federal do Acre. Revista de Geografia (Recife) , Recife, V. 37, n. 3, p. 261-276, 2020.

Fonte: Org. pela autor.

Assim, o enfoque do presente texto não é sobre a educação inclusiva e a Geografia aplicada em escolas ou universidades na Amazônia Sul-ocidental, mas sim, analisar as formas de organização e práticas da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado (I, II e III) nos cursos de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Acre, no período de 2014 a 2018, que é ofertado de forma regular na capital Rio Branco; Sena Madureira com o Projeto de Interiorização; e Cruzeiro do Sul, com o Programa de Formação de Professores – Parfor, na qual esses docentes são responsáveis pelas disciplinas, além disso, abordam as experiências de serem professores-orientadores e os desafios de lecionar e fazer pesquisa em ambiente amazônico. Pois,

A Universidade Federal do Acre é a única instituição pública de ensino superior acreana, com o campus sede localizado na capital, Rio Branco. Nesse sentido, a descentralização das ações para além da sede sempre foi uma necessidade, principalmente pelas condições geográficas regionais, com destaque para as distâncias entre a capital e os municípios mais afastados. Isso se agrava pelas condições da principal via de ligação entre os municípios, a BR-364, que é precariamente pavimentada e em períodos chuvosos torna-se intrafegável em muitos trechos. Outro agravante é o preço alto do transporte aéreo, única alternativa para deslocamento em determinados períodos do ano em alguns municípios acreanos. (Almeida; Bento, 2020, p. 264).

Este foi o único trabalho científico encontrado nas nossas pesquisas que uniu os descritores: Geografia e Educação Inclusiva no Estado do Acre, todavia, mesmo não possuindo o integral para a Educação Inclusiva, traz uma abordagem relevante para a discussão em ambiente acreano, pois é no estágio obrigatório que os discentes de graduação irão vivenciar e acompanhar a docência em sala de aula e contato com os alunos da educação básica.

Assim, no referido artigo versa um questionamento sobre a prática da disciplina de Geografia nas escolas e o possível contato com Pessoas com Deficiência – PcD e como esse futuro professor de Geografia direciona a planejar as atividades que abordem os conceitos e temáticas geográficas de forma inclusiva.

Pois, segundo Almeida e Bento (2020):

A educação inclusiva na prática da disciplina de Geografia: o que fazer? Apesar de serem poucas as experiências, este tem sido um dos desafios que os alunos estagiários de Rio Branco destacam em seus relatórios e apresentações dos trabalhos finais das disciplinas. Há preocupação nos estagiários quando verificam a presença de Pessoas com Deficiência – PcD nas escolas, pois elas precisarão ser incluídas no planejamento e atividades das aulas. (Almeida; Bento, 2020, p. 267).

Os autores continuam argumentando que discentes-estagiários possuem em sua grade curricular disciplinas que abordam a educação inclusiva e os debates sobre a temática estão avançando no ambiente acadêmico, mas que ainda é um desafio para esse estagiário, pois é necessário conduzir a pensar em distintas metodologias para seus futuros alunos com e/ou sem deficiência.

Mesmo com disciplinas no currículo do curso que ajudam os licenciandos a compreender a questão da educação inclusiva e os direcionam a pensar em metodologias variadas, a prática é bem mais desafiadora. Não deve haver negligência por parte do estagiário com os alunos identificados como PcD, pois essa é uma excelente oportunidade de desenvolver metodologias e materiais para o uso na escola, em parceria com os professores. (Almeida & Bento, 2020, p. 267).

E dessa forma, os autores listam as experiências de práticas e suas ações perante os estágios curriculares, conforme temos no quadro 2:

Quadro 2: Experiências de práticas das aulas de Geografia nos estágios curriculares para alunos PcD.

<i>Práticas</i>	<i>Ações dos docentes</i>
Algumas propostas de trabalhos voltados para a inclusão têm sido desenvolvidas e compartilhadas nas aulas de Geografia, dentre as quais: representações espaciais táteis, como mapas, estruturas da terra, tipos de relevo, dentre outros; trabalhos com música e exibição de filmes ou documentários com narração para deficientes visuais. Mas, como o aluno estagiário lida com tudo isso? Como o ato de planejar e ministrar a aula já é desafiador, muitos não conseguem dar conta dessa especificidade metodológica.	Em alguns casos nos reunimos (estagiário, professor da turma e professor orientador) e juntos definimos atividades diferenciadas para os alunos PcD. Aqui, mais uma vez reforçamos a necessidade e importância da pesquisa na prática docente. Identificamos que este é um desafio para o próprio professor da turma, que em certos momentos pedia-nos ajuda e passava a compartilhar dos materiais e propostas construídos pelos estagiários.

Fonte: Almeida e Bento (2020). Org. pelo autor.

Logo, artigos dessa natureza é importante para o debate acadêmico sobre currículo, interiorização da universidade, ensino ofertado e nesse caso específico, possuindo o enfoque para o Estágio obrigatório que “[...] é uma etapa obrigatória da estrutura curricular dos cursos de licenciatura, sendo um momento importante para a efetivação das experiências teóricas e práticas adquiridas no decorrer da graduação” (Almeida; Bento, 2020, p. 262). E sendo assim, é necessário abordar a questão da educação inclusiva e a Geografia como ciência que pode auxiliar no aprendizados dos alunos que possuem algum tipo de deficiência.

E possuindo o exemplo desse artigo pesquisado, temos a hipótese que é cada mais necessário que o debate entorno da união entre a Geografia e a Educação Inclusão, pois, a universidade é o local da preparação para inserir esse profissional no mercado de trabalho, bem como, elencar e avançar nas discussões da temática na sociedade acreana, que possui diversos desafios na educação, deste o acesso as escolas em municípios isolados, a estrutura e planejamento para educação inclusiva, entre outros.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo pesquisar os quantitativos de investigações científicas que agregasse a Geografia e Educação Inclusiva na Amazônia acreana, durante o período de 2016 a 2023. Dessa maneira, levando em consideração o número de pesquisa que foi identificado, temos a hipótese que a discussão entre essas áreas ainda é modesto e demanda avançar nas publicações, pois já existem os diversos debates.

Além disso, através desta pesquisa nos trouxe a reflexão que precisamos cada vez mais elevar a discussão sobre Geografia e Educação Inclusiva para sala de aula e universidade, pois acreditamos que dialogando nos diversos núcleos da sociedade acreana, conseguiremos avançar no campo científico, bem como, a interlocução entre pesquisadores(as), docentes, alunos(as) e estagiários(as) para fortalecer as parcerias e assim publicar experiências seja na iniciação científica com o PIBID, PIBIC, PIVIC, Programa de Educação Tutorial ou na pós-graduação (Lato Sensu ou Stricto Sensu).

Portanto, o presente artigo tem a intenção de incentivar futuros trabalhos acadêmicos sobre incorpore a temática Geografia e educação inclusiva aplicada em escolas ou universidades na Amazônia acreana, pois em nossos resultados apontaram que a discussão ainda é delimitada.

Referências

Acre. (2015). Lei n. 2.965, de 2 de julho de 2015. Plano Estadual de Educação 2015/2024. Rio Branco: Governo do Estado do Acre.

Almeida, L. F. de, & Bento, V. R. da S. (2020). Na capital e no interior: experiências do estágio curricular

supervisionado nos cursos de licenciatura em geografia da Universidade Federal do Acre. *Revista de Geografia (Recife)*, 37(3), 261-276.

Brasil. Ministério da Educação. (2018). Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC. Recuperado de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Falcão, et al. (2020). Educação especial inclusiva: um olhar sobre a realidade de duas escolas públicas de Rio Branco – Acre. *Revista Scientia Naturalis*, 2(1), 14-23.

Freitas, R. (2008). Ensino de Geografia e Educação Inclusiva: estratégias e concepções. *Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar*, (14), 1-10.

Gomes, R. V. B., & Costa, A. L. de O. (2016). Historicizando a política da educação especial no estado do Acre. *Anais do Encontro Cearense de historiadores da educação*, 15., Encontro nacional do núcleo de história e memória da educação, 5., Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais, 4., 796-806. Fortaleza: Edições UFC.

Prisma. (s.d.). Diagrama Prisma. Recuperado de <https://prisma-statement.org/prismastatement/flowdiagram.aspx>

Silva, A. L. B. da. (2020). Geografia e educação inclusiva: breves reflexões sobre o ensino de pessoas com deficiência visual. *Revista Educação Geográfica em Foco*, 4(8), 1-5.